

folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Biblioteconomia: Fundamentos e Desafios Contemporâneos

Carlos Alberto Ávila Araújo

ARTIGO

Resumo

Neste texto é realizado um mapeamento das perspectivas epistemológicas da Biblioteconomia, a partir de três questões contemporâneas que se colocam para a área: o amplo acesso atual à informação, sem que a sociedade efetivamente tenha se tornado mais crítica, justa ou democrática; o desenvolvimento das tecnologias de recuperação da informação e as possibilidades de sua utilização pelas bibliotecas; e o caráter ativo dos sujeitos face aos recursos informacionais. São analisadas as diferentes correntes teóricas da Biblioteconomia, desde o século XIX passando pelas correntes desenvolvidas no século XX e chegando às perspectivas contemporâneas, entre as quais se destacam, os estudos em mediação e apropriação da informação, a discussão da pós-verdade, a nova biblioteconomia e a nova missão da biblioteca, o gerenciamento do patrimônio cultural, a busca da diversidade e pluralidade pelas bibliotecas, a biblioteca como esfera pública, a biblioteca 2.0, as bibliotecas digitais e o movimento da competência informacional.

Palavras-chave: Biblioteconomia; Epistemologia da Biblioteconomia; Bibliotecas.

Library Science: Foundations and Challenges Contemporary

Abstract

In this text we present a map of the epistemological perspectives of Librarianship starting from three contemporary questions that stand for the area: the current wide access to the information, without the society has effectively become more critical, just or democratic; the development of information retrieval technologies and the possibilities of their use by libraries; and the active character of the people in relation to the informational resources. The different theoretical currents of Librarianship are analyzed, from the nineteenth century through the currents developed in the twentieth century and reaching the contemporary perspectives, among which stand out, studies in mediation and appropriation of information, post-truth discussion, new Librarianship and the new mission of the library, the management of cultural heritage, the pursuit of diversity and plurality by libraries, the library as a public sphere, library 2.0, digital libraries and the informational competence movement.

Keywords: Library Science; Epistemology of Library Science; libraries.

1 Introdução

A humanidade conta, hoje, com um acesso extremamente amplo a todo tipo de documentos e registros de conhecimento, do passado e do presente, de todos os lugares do mundo, em tempo real, a partir de diversos dispositivos, do computador aos celulares. Ainda assim, com todo esse vasto leque de possibilidades, não nos tornamos sociedades melhores, no sentido de serem mais humanas, justas e solidárias. A fome, a extrema desigualdade na distribuição da renda gerando pobreza e miséria, o aumento dos conflitos, a violência urbana, a intolerância étnica, religiosa e de gênero, o desrespeito às questões ambientais, a desconsideração dos valores democráticos, o recrudescimento dos fundamentalismos de toda ordem, todos são fenômenos que evidenciam que, apesar de todo o acesso à informação, a humanidade não se tornou mais sábia ou solidária (BAUMAN, 2015). Isso demonstra claramente que não basta o acesso, é preciso algo mais para que todo o conhecimento disponível efetivamente reverta para o benefício da humanidade, para a superação das condições estabelecidas e para uma efetiva emancipação dos sujeitos (CHAUÍ, 2006).

Paralelamente a isso, propaga-se a ideia de que os sistemas automatizados de recuperação da informação, e particularmente os motores de busca na internet, tomaram o lugar das bibliotecas e dos bibliotecários, tornando-os obsoletos. Num mundo em que os conhecimentos estão acessíveis a um “clique”, não haveria mais necessidade de um profissional e uma instituição voltados para a preservação, a organização e a disseminação do conhecimento humano. Mais ainda, há uma crença de que o desenvolvimento das tecnologias basta por si, é capaz de em si mesmo conduzir a uma sociedade mais justa e igualitária (MATTELART, 2002).

Por fim, discute-se também que o chamado “paradigma do balcão”, isto é, um modelo de ação em que se pensa a biblioteca como um lugar para “atender a um cliente” com uma necessidade de informação, que se dirigiria a ela, estaria superado. As pessoas no mundo contemporâneo, a partir das possibilidades trazidas pelas novas tecnologias, não querem apenas satisfazer uma necessidade de informação, querem elas mesmas produzir conteúdos, disseminar e compartilhar conteúdos produzidos por outros, classificar e indexar conteúdos disponíveis na internet. Nesse sentido, seria preciso que a biblioteca se reinventasse, passasse a oferecer outros serviços e funcionar em outra dinâmica (LANKES, 2016).

Os fatos acima são apenas algumas questões, entre outras possíveis de serem elencadas, que colocam desafios para se pensar no que devem ser a biblioteca, o bibliotecário e a biblioteconomia no século XXI. Claramente, as técnicas, as práticas e os modelos teóricos do século XX, derivados de outros produzidos nos séculos anteriores, não conseguem mais se sustentar na realidade atual marcada pelas tecnologias digitais da informação e em novas condições da existência humana e dos processos de produção do conhecimento.

O objetivo deste texto é refletir sobre essas questões, a partir de uma perspectiva epistemológica. Para tanto, busca-se, num primeiro momento, apresentar e tensionar as matrizes e manifestações do pensamento biblioteconômico, sobretudo no século XX, em suas quatro principais manifestações: as correntes: *funcionalista*, *crítica*, *de estudos sobre os sujeitos* e *sobre a representação*. A seguir, são apresentadas algumas perspectivas teóricas recentes, vinculadas às questões contemporâneas apresentadas acima, com indicações de como a biblioteconomia deveria e/ou poderia lidar com elas e ao mesmo se consolidar como um pertinente campo institucional, profissional e teórico no momento atual. Tais perspectivas contemporâneas são a “quarta tarefa” da biblioteconomia, os estudos em mediação e apropriação da informação, a discussão da pós-verdade, a nova biblioteconomia e a nova missão da biblioteca, o gerenciamento do patrimônio cultural, a busca da diversidade e pluralidade pelas bibliotecas, a biblioteca como esfera pública, a biblioteca 2.0, as bibliotecas digitais e o movimento da competência informacional.

2 Das Origens à Consolidação Científica

As bibliotecas e as práticas biblioteconômicas têm uma existência de alguns milhares de anos, e pensar sobre sua origem nos remete às primeiras atividades culturais humanas – entendendo aqui cultura como a ação humana, simbólica, de interpretar o mundo e de produzir registros materiais dessas ações em qualquer tipo de suporte físico. É uma parte destes primeiros registros materiais que constitui a origem daquilo que séculos depois serão as coleções das bibliotecas (CHARTIER, 1998). Com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, no início dos processos de sedentarização das coletividades, há mais de cinco milênios, apareceram às primeiras manifestações de espaços específicos (que seriam conhecidas, séculos depois, como “bibliotecas”) voltados para a guarda e a preservação de registros do conhecimento humano, sendo a Biblioteca de Alexandria considerada instituição paradigmática nesse sentido. No Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, ergueram-se e consolidaram-se diversas bibliotecas relacionadas com os mais diversos acervos - religiosos, literários, científicos, políticos, filosóficos, entre outros (LÓPES-CÓZAR, 2002).

Após o Renascimento, a partir do século XV, começaram a surgir os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico específico da biblioteconomia. Com o Renascimento, renasceu o interesse pela produção humana, pelas obras artísticas, filosóficas e científicas. Salientou-se assim o interesse pelo culto das obras, pela sua guarda, sua preservação. Surgiram tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras e para as regras de preservação e conservação física dos materiais.

O passo seguinte se deu com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcaram a transição do Antigo Regime para a Modernidade. Operou-se uma profunda transformação em todas as dimensões da vida humana (na política, na economia, no direito) e, dessa forma, também as bibliotecas foram drasticamente transformadas. Surgiu aí o conceito moderno de “Biblioteca Nacional”, que tem no seu caráter público sua marca distintiva. São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos - o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes voltados para as regras de administração das rotinas destas instituições.

Por fim, com a consolidação da ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade, também o campo das humanidades se viu convocado a constituir-se como ciência. Surgiram então, no século XIX, aqueles que seriam os precursores do estabelecimento do projeto de constituição científica da Biblioteconomia: a consolidação de teorias e regras de catalogação (como as de Panizzi, de 1841, e de Jewett, de 1852) e dos sistemas de classificação bibliográfica (sendo o mais importante deles o de Dewey, de 1876). O modelo de ciência então dominante, oriundo das ciências exatas e naturais, voltado para a busca de regularidades, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos, se expandiu para as ciências sociais e humanas através do Positivismo.

Os três movimentos acima destacados se somaram. A perspectiva patrimonialista voltou-se para os “tesouros” que devem ser custodiados, ressaltando a importância da produção simbólica humana. A entrada na Modernidade enfatizou as especificidades da instituição biblioteca, que devia ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia. E a fundamentação positivista priorizou as técnicas particulares da Biblioteconomia a serem utilizadas para o correto tratamento do material custodiado. Constituíram-se assim, nos finais do século XIX, os elementos que marcaram a consolidação da biblioteconomia como campo disciplinar.

Ao longo do século XX, contudo, foram se desenvolvendo pesquisas, reflexões e estudos em diferentes países e realidades, que foram gradualmente conduzindo à superação deste primeiro modelo, e levando por fim a abordagens contemporâneas que problematizam as bibliotecas a partir de um quadro explicativo muito mais complexo. Tais estudos são apresentados a seguir organizados em quatro eixos, segundo sua filiação a correntes teóricas mais amplas das ciências humanas e sociais.

3 A Corrente Funcionalista

O modelo vigente no final do século XIX, como se viu, acabou por privilegiar um pensamento voltado essencialmente “para dentro”: para os documentos e coleções guardadas nas bibliotecas; para as rotinas e dinâmicas das bibliotecas; e para as regras de catalogação e classificação das coleções. Mas ainda no final do século XIX surgiram também manifestos e iniciativas que evocavam mudanças no modo de se conceberem as bibliotecas. Adjetivos como “viva”, “dinâmica” e “ativa” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nestas instituições de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmas, seu isolamento do conjunto geral da sociedade. Assim se desenvolveram as teorias funcionalistas da Biblioteconomia, ao longo do século XX.

Uma importante e pioneira expressão do pensamento funcionalista na Biblioteconomia encontra-se na obra do espanhol Lasso de la Vega (1952). Em seu tratado sobre o assunto, o autor argumenta que, inicialmente, as bibliotecas eram instituições voltadas unicamente para a conservação dos livros e que, naquele momento (década de 1950) estavam passando a se constituir como instituições pedagógicas ativas, verdadeiras “universidades populares”. O autor apresenta uma mudança no conceito da profissão de bibliotecário, não mais como um conservador do “museu do livro”, de “braços cruzados” limitando-se a ver como os usuários usam os livros, mas um agente propulsor de cultura.

O salto teórico-conceitual dessa abordagem se deu com o grupo de pesquisadores reunidos na *Graduate Library School* da Universidade de Chicago, onde em 1928 foi criado o primeiro programa de doutoramento em Biblioteconomia. Para López-Cózar (2002), o grupo de Chicago foi fundamental para se sair de uma Biblioteconomia de orientação meramente profissionalista para uma científica. Entre os principais trabalhos do grupo, ele destaca o livro *Investigating Library Problems*, publicado por Douglas Waples em 1939, que constitui o primeiro manual de metodologia de pesquisa em Biblioteconomia.

Também na avaliação de Lopes-Cózar (2002), merece destaque o livro *An introduction to Library Science*, de Butler, publicado em 1933 e que representa um “novo paradigma” na medida em que busca substituir a *Library Economics* consagrada pela Universidade de Columbia por uma *Library Science*.

A mais elaborada elaboração funcionalista do significado da biblioteca é realizada por Shera (1976). Conforme esse autor, cada sociedade forma e utiliza suas coleções de registros materiais de conhecimento de uma forma particular, ou seja, os movimentos culturais são determinantes na conformação da instituição biblioteca (na natureza de sua coleção, dos serviços oferecidos e das formas de ela ser administrada). Das tabuinhas de argila na Suméria aos papiros no Antigo Egito, passando pelos monastérios medievais e chegando à “moderna biblioteca livre” (SHERA, 1976, p. 13), a biblioteca viveu uma série de transformações, condicionadas pelas necessidades da sociedade à qual pertencia. Para Shera, o fundamento da biblioteca se encontra no fato de existir para ir ao encontro de certas necessidades sociais. As funções da biblioteca variam em função das necessidades das diferentes sociedades nas diferentes épocas e, assim, a biblioteca deve ser mais do que “truques para encontrar determinado livro”, deve atender a sociedade em todas as suas potencialidades.

Num contexto radicalmente diferente, a Índia, surgiu outra teorização de natureza acentuadamente funcionalista. Trata-se do trabalho de Ranganathan. Entre as diversas contribuições deste autor, destaca-se seu livro *Five Laws of Library Science*, de 1931. Nela, o autor apresenta aquelas que entende como sendo as cinco leis da Biblioteconomia: os livros são para uso; a cada leitor, seu livro; a cada livro, seu leitor; poupe o tempo do leitor; a biblioteca é um organismo em crescimento. Trata-se uma problematização que busca enfatizar o efetivo uso da biblioteca e de seus recursos e, ao mesmo tempo, o atendimento às necessidades da sociedade, por meio do atendimento a cada um de seus componentes.

4 A Perspectiva Crítica

Ao longo do século XX, o impacto do pensamento crítico sobre o positivismo, a sociedade e o ser humano começou a se manifestar no espaço reflexivo sobre as bibliotecas. Também tendo como centro de preocupação as relações às bibliotecas e a sociedade, desenhou-se uma perspectiva calcada na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, no questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e sobre os enquadramentos culturais promovidos. Essa abordagem se construiu tanto na crítica ao paradigma patrimonialista quanto à corrente funcionalista. Seu ponto de partida é uma concepção da realidade humana como fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade – por meio do conceito de ideologia.

A manifestação de uma perspectiva crítica na Biblioteconomia se deu de forma mais explícita em países do terceiro mundo e bastante vinculada aos processos de redemocratização após ditaduras militares, nos quais houve forte censura à circulação de livros. Assim, num primeiro momento, desenhou-se um conjunto de práticas voltadas para população excluídas ou marginalizadas (extensão bibliotecária, carros-biblioteca, serviços de caixa estante) que buscavam alargar o acesso físico aos livros por meio da proximidade espacial. Em muitos casos, tais práticas passaram a se descrever como de “ação cultural” ou de “animação cultural”. Para além do conjunto de iniciativas práticas e linhas de atuação geradas no campo biblioteconômico, houve também uma importante contribuição epistemológica.

Uma das mais completas sistematizações dessa aproximação teórica entre as discussões sobre ação cultural e a Biblioteconomia, que inclusive condensa argumentos de outros autores, é o trabalho de Flusser (1983), que identifica duas atitudes de ‘assimilação’ da cultura: uma, estática, passiva, de ver os objetos culturais como bens ‘em si’; outra, dinâmica, ativa, de promover uma análise crítica dessa herança. É justamente aí que se insere o trabalho do bibliotecário, da biblioteca como instrumento de ação cultural. O autor defende uma proposta de ação profissional para o bibliotecário não como agente da domesticação, numa ação manipuladora, normativa, buscando a interiorização de certos valores, mas sim como agente da emergência cultural, numa prática libertadora, transgressora, proporcionando o surgimento da criação e da invenção.

Expressões concretas dessa linha de pensamento se encontram em redefinições do conceito de biblioteca, entendendo esta como “centro de cultura” (MILANESI, 1997). Retomou-se assim a importância da expressão “biblioteca pública” (também

muitas vezes entendida como um tipo especial de biblioteca pública, a “biblioteca popular”), mas num quadro de sentido bastante diferente do modelo funcionalista – embora as designações “viva” e “dinâmica” apareçam em ambos os modelos.

Numa outra perspectiva, vários trabalhos buscaram realizar um empreendimento crítico em relação ao próprio trabalho do bibliotecário, incidindo reflexões sobre os processos de representação de livros e documentos. Dessa forma, diversos autores debruçaram-se sobre a natureza ideológica do ato de indexar (LUCAS, 2000), sobre os critérios ideológicos dissimulados nos sistemas de classificação bibliográfica (BERMAN, 1993) e sobre a própria ideia de “neutralidade” e “objetividade” presente nas reflexões sobre o trabalho bibliotecário (LEWIS, 2008).

5 O Estudo A Partir da Perspectiva dos Sujeitos

Uma outra tradição de estudos se constituiu a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação das bibliotecas sobre a sociedade e os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate ao papel de sujeitos ativos e no estudo de suas apropriações, suas diferentes necessidades e usos que se construiu toda uma perspectiva de estudos - os estudos de usuários de bibliotecas.

No início do século XX, houve um grande interesse em se saber como e o que as pessoas liam, e qual o uso feito das bibliotecas em geral (FIGUEIREDO, 1994). Estes primeiros estudos foram executados principalmente por bibliotecários e docentes ligados à *Graduate Library School* da Universidade de Chicago. Tais estudos tinham como foco os grupos sociais tomados em seu conjunto – daí serem normalmente denominados “estudos de comunidade”. Os principais estudos desenvolvidos nessa linha se focaram nos hábitos de leitura e entre os principais achados estão a percepção de que os meios de comunicação de massa atendiam pouco às necessidades informativas das pessoas; de que as fontes mais buscadas eram os familiares e amigos; e de que o uso de bibliotecas e outros serviços profissionais de informação era muito baixo.

Nos anos seguintes, cada vez mais os estudos de usuários se deslocaram dos estudos de comunidades para o estudo de indivíduos específicos no espaço da biblioteca, passando a se constituir como instrumento de diagnóstico e avaliação dos serviços bibliotecários e dos acervos, no escopo maior das atividades de planejamento das bibliotecas. Diversos estudos promovidos nesse período buscaram estabelecer taxas de uso dos itens constantes dos acervos, índices de frequência à biblioteca, estatísticas de empréstimos, tempos de resposta toleráveis, entre outras. Tais dados eram frequentemente confrontados com variáveis de perfil dos usuários, na busca de estabelecimento de padrões de comportamento para os diferentes tipos de usuários. Apesar dos resultados muito contraditórios obtidos nas diversas pesquisas empíricas, foi possível acumular certo conjunto de generalizações (PAISLEY, 1968).

Na década de 1970 ocorreu uma demanda pelo crescimento conceitual do campo. Line (1974), por exemplo, buscou estabelecer o que seria, no escopo dos estudos, os conceitos de necessidade, demanda, desejo, uso e requisito. O objetivo era o de permitir que diferentes estudos empíricos realizados pudessem ter seus resultados comparados – o que não era possível na atual situação de desordem conceitual.

Entre os estudos contemporâneos, destaca-se a abordagem construtivista levada a termo por Carol Kuhlthau (2004), principalmente no âmbito das bibliotecas escolares. A partir de uma série de pesquisas empíricas, a autora empreendeu diversos estudos sobre como os estudantes buscam e usam os recursos disponíveis na biblioteca, bem como as habilidades que e barreiras que interferem nesse processo. Com base nos resultados obtidos, a autora elaborou um modelo de comportamento informacional baseado em processo, em seis etapas, em que são analisados, ainda, os fatores cognitivos e emocionais atuantes em cada uma destas etapas.

6 Estudo Sobre Representação

As questões relacionadas com a descrição e a organização estão na origem mesma da fundação do campo da Biblioteconomia, com as regras de catalogação e os sistemas de classificação bibliográfica surgidos ainda no século XIX.

Na área de catalogação, foram realizados importantes avanços na criação de instrumentos internacionais de formatos de registros de dados bibliográficos, controle de autoridade, pontos de acesso e remissivas para os vários tipos de materiais. Em 1961, numa conferência em Paris, e sob a égide da IFLA (International Federation of Library Associations), foram estabelecidos os princípios que, desde então, passaram a nortear a prática catalográfica. Em conformidade com tais princípios, foi publicada em 1969 a primeira edição das Anglo-American Cataloging Rules (AACR), código catalográfico que passou a ser internacionalmente adotado. Nos anos 1970, sob a ação da IFLA, foi desenvolvida a ISBD (International Standard Bibliographic Description) e, em 1978, foram revistas as regras de catalogação de acordo com essa norma internacional, sendo publicada uma segunda edição, conhecida como AACR2. Com a necessidade de se elaborar normas legíveis por computador, em 1969 foi criado pela *Library of Congress* o formato MARC (*Machine Readable Cataloging*) para troca de registros bibliográficos. Na evolução do que ficou conhecido como “metadados”, surgiu ainda o padrão Dublin Core, elaborado a partir do envolvimento de várias entidades sob a liderança da OCLC. Atualmente, o maior avanço no campo é o modelo de entidade-relacionamento FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*), desenvolvido pela IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*). Voltada para a recuperação e acesso no campo de bibliotecas e bases de dados digitais, consiste mais num modelo conceitual do que um código de catalogação. Sua evolução se deu com a criação do FRAD (*Functional Requirements for Authority Data*) e do FRSAR (*Functional Requirements for Subject Authority Records*).

É no campo das classificações bibliográficas, contudo, que mais houve produção científica. Buscando promover classificações sistemáticas, lógicas, que refletissem de modo crítica e filosófica sobre os elementos de ligação que servem para a reunião de conceitos (LANGRIDGE, 1977), as teorias e sistemas formulados foram buscar na lógica aristotélica as primeiras contribuições, a partir de conceitos como gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. Tais noções estão na base da definição de classificação como hierarquia e foram fundamentais na formulação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica, normalmente conhecidos como sistemas de classificação hierárquicos.

Na primeira metade do século XX, surgiu no âmbito das teorias da classificação bibliográfica outra concepção de classificação: trata-se da teoria da classificação facetada, desenvolvida por Ranganathan na década de 1930, que trouxe o conceito de “faceta”, definida como “a totalidade das subdivisões resultantes da aplicação de uma única característica” (PIEDEDE, 1977, p. 22). A utilização do termo “faceta” não implica apenas uma mudança terminológica, mas uma mudança na concepção do processo classificatório. O impacto mundial das teorias de Ranganathan se deu com sua apropriação no contexto inglês. Em 1948 foi fundado, em Londres, o *Classification Research Group* (CRG), que passou a defender a utilização das classificações facetadas, criando inclusive diversas classificações especializadas, isto é, para campos específicos do conhecimento (FOSKETT, 1962).

Nos anos seguintes, diversos campos e setores de pesquisa estabeleceram diálogo ou se apropriaram dos princípios da teoria da classificação facetada, tais como a metodologia para a construção de tesouros facetados de Aitchison e Gilchrist, a Teoria do conceito de Dahlberg, os estudos em montagem de bases de dados especializadas e automatizadas de Neelameghan, a abordagem dos *boundary objects* desenvolvida por Albrechtsen e Jacob, as pesquisas em estruturas de classificação de Kwasnik e o mapeamento de sentenças e uso de tabelas de classificação para a evidenciação de facetas por Beghtol.

7 Perspectivas Contemporâneas

Nas últimas três décadas, alguns fatos e fenômenos começaram a colocar novos problemas e desafios para as bibliotecas e para a biblioteconomia. Como apontado na introdução, o desenvolvimento das tecnologias digitais, da internet e das redes sociais; o surgimento de dispositivos e interfaces em que os sujeitos possuem mais possibilidades de atuação; e o amplo acesso à informação (mas, ainda assim, a necessidade de se ter um efetivo uso e contribuição desse acesso) evidenciaram alguns impasses para as teorias e práticas realizadas até então. Bibliotecas, bibliotecários e a própria biblioteconomia se viram desafiados e gerar novos modelos compreensivos e de atuação condizentes com esses novos desafios (SILVA, 2010).

Esse cenário conduziu a biblioteconomia a, sobretudo, buscar articular os achados de pesquisa obtidos nas distintas tradições de pesquisa, mesclando conceitos e teorias das abordagens mencionadas anteriormente. Assim, em anos mais recentes, o que se verifica é uma compreensão de que as bibliotecas desempenham, sim, determinadas funções no todo social, assim como também têm uma atuação ideológica nas relações de conflito e poder, e ao mesmo tempo são apropriadas e vividas pelos sujeitos e, ainda, lidam com fenômenos de representação e produção de significados que se multiplicam e se sobrepõem. As teorias contemporâneas se constroem em perspectivas mais amplas e atentas às complexidades dos fenômenos biblioteconômicos, exatamente por conjugar contribuições das distintas correntes teóricas que marcaram a evolução do campo no século XX.

Um primeiro conjunto de teorias relaciona-se exatamente com o primeiro desafio apontado na introdução deste texto. Nossas sociedades contemporâneas possuem amplo acesso à informação (ainda que, para parte significativa da humanidade, essa não seja a realidade, por questões econômicas). Mas esse amplo acesso não tem tornado as pessoas mais críticas, mais politizadas, mais comprometidas com valores democráticos, ecológicos e humanos. Há uma parte da biblioteconomia preocupada em “contribuir para a superação das deficiências presentes” (LEMOS, 2015, P. 150). Uma das linhas de argumentação nesse sentido é a que defende que a biblioteconomia (e outras ciências que lidam com os documentos, a informação e o conhecimento) estaria, em fins do século XX, diante de um “quarto desafio”. Como coloca Burke (2012), as ciências do documento e da informação tiveram que lidar, historicamente, com três tipos de desafios: a guarda e preservação dos documentos, depois a organização e análise desses documentos, depois a sua disseminação e promoção do acesso. Estaria se desenhando recentemente a necessidade de uma nova tarefa, a promoção do efetivo uso do conhecimento humano armazenado, organizado e amplamente disponível. Promover esse efetivo uso demandaria uma ação específica por parte da biblioteca e do bibliotecário - ação essa que vem sendo estudada e pesquisada sob a denominação de “mediação da informação”, “mediação bibliotecária” ou ainda “apropriação da informação”.

Essa vertente foi primeiramente trabalhada por Ortega y Gasset, em 1935, na palestra de abertura do II Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia organizado pela IFLA, num sentido de ponte, filtro, sendo o bibliotecário um orientador de leituras dos usuários. Anos depois, expressou-se numa alteração estrutural do conceito de biblioteca, sendo esta considerada “menos como ‘coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados’ do que como assembléia de usuários da informação” (FONSECA, 1992, p. 60). Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca.

Há aqui uma influência das ideias de Paulo Freire: a ideia de mediação passou a definir-se não como algo coadjuvante, mas “interferindo em seu próprio objeto”. A mediação aparece como uma interferência intencional, “em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade” do bibliotecário (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

A ideia de “apropriação da informação” é trabalhada por, entre outros, Perrotti e Pieruccini (2007), que esclarecem terem existido três “paradigmas” por que passaram as bibliotecas: o primeiro, da conservação cultural (centrado na organização, no tratamento técnico dos acervos); o segundo, da difusão cultural (com ações voltadas para o acesso e o uso da informação); e o terceiro, da apropriação cultural (em que o usuário ganha uma relevância maior, e a biblioteca se converte em dispositivo de mediação cultural). As bibliotecas, assim, deixaram de ser simples artificios de transferência de conteúdos informacionais para se constituírem em verdadeiros dispositivos produtores de sentidos, tendo os usuários como sujeitos ativos do processo.

Uma discussão específica que vem se dando no campo da biblioteconomia e relacionada a este aspecto é a que se refere ao fenômeno da “pós-verdade”. O conceito de “pós-verdade” surgiu na década de 1990 e foi considerado pelo Dicionário Oxford como a “palavra do ano” em 2016. Seu significado refere-se a uma situação em que fatos objetivos possuem menos influência na modelagem da opinião pública do que apenas emocionais e crenças pessoais. Sua ampla utilização se deu, sobretudo com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a saída da Grã-Bretanha da União Europeia (o chamado “Brexit”), mas também no contexto brasileiro do impeachment de Dilma Rousseff, em que muitos fatos e afirmações falsas circularam em sites e nas redes sociais. Mas o conceito não se relaciona com o fato de existirem mentiras, afinal, mentiras sempre existiram. A novidade trazida pelo conceito é que hoje, com as novas tecnologias e a internet, as pessoas possuem muito mais condições de checar a veracidade dos fatos apresentados na mídia ou nas redes sociais – elas podem, mas não querem, não têm interesse em fazer isso. É esse desinteresse pela verdade, o apego a preconceitos e fundamentalismos por parte de um grande contingente de pessoas, que marca o fenômeno da pós-verdade.

Diferentes atores posicionam-se em relação a esse fato. Grandes conglomerados de mídia têm usado a expressão para deslegitimar sites, blogs e outras fontes alternativas da internet, como se apenas esses disseminassem versões mentirosas e deturpadas dos fatos. Muitos estudos mostram que há, sim, muitos sites dedicados a veicular mentiras, bem como robôs construídos para disseminar tais artifícios. Mas também as grandes empresas jornalísticas, vinculadas a interesses comerciais, atuam fortemente na divulgação de boatos, notícias falsas ou parcialmente verdadeiras. Encontra-se aí mais um campo de possível atuação para as bibliotecas, instituições comprometidas com o interesse público e desvinculadas dos interesses comerciais e econômicos.

A segunda grande questão da realidade contemporânea relaciona-se ao fato do incremento da internet e dos motores de busca nas últimas décadas, que tornaram o trabalho de “recuperação da informação” automatizado. É curioso perceber, algumas vezes, entre bibliotecários, uma tentativa de desqualificação desses instrumentos, expressa em frases como “o Google dá um milhão de respostas, o bibliotecário dá a correta”. Mas parece ser um tipo de argumentação inadequada. Na verdade, é excelente que existam motores de busca que, de fato, sejam capazes de oferecer resultados muito mais amplos, em tempo menor e com mais exatidão. A biblioteca e o bibliotecário não têm de competir com os motores de busca. É cada vez mais evidente que a recuperação da informação é feita com mais eficiência por sistemas automatizados. Pessoas que buscam informação sobre algo, sobretudo informação utilitária, não precisam mais ir a bibliotecas. Isso não torna as bibliotecas irrelevantes, apenas chama a atenção para o fato de que, nesse mundo interconectado das tecnologias digitais, bibliotecas podem e devem assumir novas funções que não a recuperação da informação.

Uma dessas novas funções é a base para o mais importante movimento intelectual da biblioteconomia na contemporaneidade, a chamada nova biblioteconomia defendida e proposta por Lankes (2011) que entende que o papel dos bibliotecários seria ajudar no progresso das sociedades facilitando a produção de conhecimentos nas várias comunidades. Conforme o autor, a internet, por sua amplitude, não oferece um ambiente rico em informação de qualidade, e nesse sentido as bibliotecas deveriam se constituir em “ilhas” de informação de qualidade no “oceano” da internet. Da mesma forma que, séculos atrás, com a invenção da imprensa, o fato de haver ampla circulação de livros vendidos em bancas e livrarias não causou a perda da importância das bibliotecas, agora também a existência de informações disponíveis na internet não dispensa a existência de “lugares” que concentrem determinados recursos a serem priorizados. Nesse sentido, a nova biblioteconomia liga-se também ao desafio apresentado anteriormente, por exemplo, em relação à democracia: “uma verdadeira democracia requer a participação de uma sociedade bem informada. A principal missão das bibliotecas, públicas ou de qualquer outro tipo, é criar uma nação de cidadãos ativos e informados” (LANKES, 2016, p. 43). Essa não é, nem será, a “missão” da internet.

Lankes desenvolve ainda outra questão: o papel da biblioteca como “gerenciadora do patrimônio cultural”. Existem no “mundo digital” diversos “lugares” e serviços, como por exemplo, as redes sociais, que são empresas comerciais. Como tais, elas existem enquanto suas atividades dão retorno financeiro, e podem cessar a qualquer momento suas atividades. Quando isso acontece, quem se torna responsável pela guarda de tudo aquilo que foi publicado e discutido nelas? É preciso que exista uma instituição, pública e de caráter permanente, que esteja atenta a isso, que preserve as discussões que a sociedade estabelece dentro delas, os conflitos de valores e visões de mundo de uma época” (HALL, 2003). Afinal, discussões políticas, culturais, de valores de uma sociedade, acontecem nas redes sociais e precisam estar disponíveis para a

posterioridade. Assim como, antes, as bibliotecas preservavam jornais (e é graças a essa atividade que hoje se pode estudar fatos do século XVIII no Brasil, por exemplo), é preciso agora que elas atuem junto aos novos serviços e produtos criados no ambiente digital.

Há ainda uma outra tendência relacionada a esse aspecto. Diversos estudos têm evidenciado que a internet é movida por forças comerciais e controlada segundo as grandes dimensões geopolíticas internacionais. Há páginas comerciais ou de poder econômico que possuem maior visibilidade e poder de recuperação. Há idiomas que são privilegiados e outros silenciados. Diante de uma realidade de concentração de poder e de exclusão (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008), é preciso que existam serviços e atores que promovam a diversidade, a pluralidade de fontes de informação, que estejam além dos interesses comerciais. Aí reside mais uma grande contribuição possível para as bibliotecas e os bibliotecários. García Gutiérrez (2008) defende que as bibliotecas atuem como operadores complexos e operadores transculturais, permitindo a existência de diferentes pontos de vista sobre a realidade na rede mundial e garantindo voz aos atores que não são hegemônicos. Silva (2010, p. 57) defende o papel das bibliotecas para a “democratização da informação”. Numa linha semelhante, busca-se compreender a biblioteca a partir do conceito de esfera pública desenvolvido por Habermas (VENTURA, 2002), como local a proporcionar condições de envolvimento e participação por meio do acesso à informação.

A terceira questão apresentada na introdução deste texto refere-se a uma nova condição da experiência, a possibilidade dos sujeitos serem não apenas “consulentes”, isto é, pessoas “precisando” de uma informação, mas serem também produtores, classificadores, indexadores, disseminadores. Os dispositivos mais recentes permitem e potencializam essa dimensão. No ambiente da computação, essa mudança é caracterizada pelo esquema que define a “web 1.0” (a internet da busca, da recuperação da informação) e a “web 2.0” (a internet da conexão, do relacionamento entre pessoas, das interações, da sociabilidade). Web 2.0 é uma noção formulada por Tim O’Reilly em 2004, que designa uma nova dimensão da internet caracterizada por uma “arquitetura da participação” e também por uma mudança na concepção de usuário que passa a ser visto também como autor, editor, organizador de informação (FURTADO, 2009). A chegada das tecnologias digitais tem trazido, assim, uma reconfiguração da própria estrutura dos produtos e serviços bibliotecários. Conforme Furtado (2009), em 2005 Michael Casey criou o termo “*library 2.0*”, fruto da junção de *web 2.0* e biblioteca, destacando assim a aplicação, na biblioteca, dos princípios e ferramentas da *web 2.0*. Há, assim, uma profunda “mudança na relação usuário, informação e biblioteca” (FURTADO, 2009, p. 136). Mais que oferecer novos serviços e produtos com as tecnologias digitais, é a relação com o usuário que muda. Na biblioteca 2.0, o usuário é chamado a participar e não só receber, e o papel da biblioteca deixa de ser apenas de disponibilizar as informações de seu acervo, mas sim permitir que todos participem na construção dos conteúdos que todos vão usar. Na biblioteconomia, essa discussão tem sido realizada no âmbito das teorizações sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição (ROWLEY, 2002).

Mas também relacionada a essa questão está a área que se desenvolveu a partir do conceito de “*Information Literacy*”, surgido nos EUA, em 1974. Formulado por Zurkowsky, inicialmente se relacionou com o ambiente empresarial, como competência para o uso da ampla variedade de recursos informacionais disponíveis para a solução de problemas no âmbito do trabalho. Dois anos depois, Hamelink e Owens o vinculavam à questão da cidadania, correlacionando-o com a prática de tomar decisões relativas à responsabilidade social. Foi no campo educacional, contudo, que o conceito se desenvolveu, como um “esforço da classe bibliotecária para ampliar seu papel dentro das instituições educacionais” (CAMPELLO, 2003, p. 28). Conforme a autora, as teorias e ações em torno do campo da Competência Informacional tiveram como antecedentes os serviços de referência e a educação de usuários.

Dudziak (2003) identifica três níveis de complexidade na *Information Literacy*: como tecnologia da informação (dimensão instrumental, foco nos sistemas), cognitiva (em que a biblioteca é entendida como espaço de aprendizado, foco no indivíduo) e como inteligência (é dirigida para o aprendizado, foco no processo). Assim, além de habilidades e conhecimentos, pensa-se nos valores, incorporando uma dimensão social e situacional: “entender a *Information Literacy* nesse nível é considerar a dimensão social e ecológica do aprendiz, percebendo-o não mais como usuário, nem tampouco como indivíduo, antes como sujeito, que é o indivíduo enquanto ator social” (DUDZIAK, 2003, p. 28). Por isso, a *Information literacy* representa uma mudança na filosofia da educação, mais que mera inclusão de atividades. Para o bibliotecário, representa uma profunda mudança, já que este passa a agir como um agente educacional, um mediador do aprendizado,

centrando foco nos processos de aprendizado. A biblioteca também se altera de repositório de informações e prestadora de serviços para uma organização aprendente, provocadora de mudanças nas instituições em que se situam.

8 Considerações Finais

Algumas vezes, em discussões de eventos científicos ou profissionais, fala-se no “fim da biblioteca” e no desaparecimento do profissional bibliotecário. Em ambientes universitários, defende-se a mudança de nome dos cursos de biblioteconomia para outras designações. Ainda que parte dos argumentos usados pelos defensores de tais visões sejam válidos, um olhar mais abrangente sobre a produção recente na biblioteconomia, bem como para aspectos e desafios da realidade contemporânea, evidenciam um quadro oposto.

Diante dos desafios colocados pelo amplo acesso à informação, pelas características das tecnologias digitais, da internet e dos processos automatizados de recuperação da informação, bem como das novas possibilidades de atuação informacional dos sujeitos, bibliotecas mostram-se necessárias. Desenha-se um amplo novo campo de atuação, comprometido com valores tradicionalmente defendidos pelas bibliotecas: seu caráter público, a busca pela inclusão, pela universalidade, pela pluralidade, pela ética, pela herança cultural, pela educação e pela paz. O quadro levantado neste texto traz apenas algumas das iniciativas teóricas e conceituais que estão em curso no momento, e que podem, e devem iluminar a prática biblioteconômica atual. O momento é de uma estimulante oportunidade de atuação, tanto no campo científico/reflexivo quanto no da prática profissional e institucional.

Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- BAUMAN, Z. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BERMAN, S. **Prejudices and antipathies: a tract on the LC Subject Heads concerning people.** Jefferson: MacFarland & Co., 1993.
- BURKE, P. Uma história social do conhecimento – volume 2: da enciclopédia à wikipedia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.
- CHARTIER, R. (Org). **As utilizações do objecto impresso (séculos XV-XIX).** Algés: Difel, 1998.
- CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- DUDZIAK, E. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.
- FIGUEIREDO, N. **Estudos de uso e usuários da informação.** Brasília: Ibict, 1994.
- FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Rev. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.
- FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia.** São Paulo: Pioneira, 1992.
- FOSKETT, D.J. The classification research group: 1952-1962. **Libri**, v. 12, n. 2, p. 127-138, 1962.
- FURTADO, C. Bibliotecas escolares e a web 2.0: revisão de literatura sobre Brasil e Portugal. **Em Questão**, v. 15, n. 2, p. 135-150, jul./dez. 2009.
- GARCÍA GUTIERREZ, A. **Outra memória é possível.** Petrópolis: Vozes, 2008.
- HALL, S. **Da diáspora.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Unesco, 2003.
- KUHLTHAU, C. **Seeking meaning: a process approach to library and information services.** London: Libraries Unlimited, 2004.
- LANGRIDGE, D. **Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia.** Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

- LANKES, D. **The atlas of new librarianship**. Cambridge: MIT Press, 2011.
- LANKES, D. **Expect more**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: Febab, 2016.
- LASSO DE LA VEGA, J. **Manual de biblioteconomia**: organización técnica y científica de las bibliotecas. Madri: Mayfe, 1952.
- LEMONS, A.A.B. **De bibliotecas e biblioteconomias**: percursos. Brasília: Briquet de Lemos, 2015.
- LEWIS, A. **Questioning library neutrality**: essays from progressive librarian. Londres: Library Juice Press, 2008.
- LINE, M. Draft definitions: information and library needs, wants, demands and uses. **Aslib Proceedings**, v. 26, n. 2, feb. 1974.
- LÓPEZ CÓZAR, E. **La investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Trea, 2002.
- LUCAS, C. **Leitura e interpretação em biblioteconomia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.
- MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca como centro de cultura. São Paulo: Ateliê, 1997.
- PAISLEY, W.J. Information needs and uses. In: CUADRA, C.A. (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. Chicago: Enc. Brittanica, 1968, v. 3, p. 1-30.
- PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M.; FUJINO, A.; NORONHA, D. (orgs). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007, p. 47-96.
- PIEIDADE, M.A.R. de. **Introdução à teoria de classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
- ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
- SHERA, J. **Introduction to library science**. Littleton: Libraries Unlimited, 1976.
- SILVA, J. L.C. **Uma análise sobre a identidade da biblioteconomia**: perspectivas históricas e objeto de estudo. Olinda: Livro Rápido, 2010.
- VENTURA, J. **Bibliotecas e esfera pública**. Oeiras: Celta, 2002

Dados do autor

Carlos Alberto Ávila Araújo

Professor associado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da qual foi diretor de 2014 a 2017. Presidente da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe (EDICIC). Vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB). Graduado em Comunicação Social; Mestre em Comunicação Social; e Doutor em Ciência da Informação, pela UFMG. Pós-doutor pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi Editor Adjunto da revista Perspectivas em Ciência da Informação (1413-9936) de 2007 a 2011 e de 2013 e 2015. Fez parte, em 2008, da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Arquivologia da UFMG e, em 2009, foi presidente da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Museologia da UFMG. Foi membro da diretoria da Abecin. Atua nas áreas de Epistemologia da Ciência da Informação e suas relações com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, Estudos de Usuários da Informação.

casalavila@yahoo.com.br

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/4009452150201421>



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB)

Este periódico é uma publicação do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da [Universidade Federal do Cariri](http://www.ufca.edu.br) em formato digital e periodicidade semestral.